

A ofensiva contra as nacionalizações

(António Quintas)

A ofensiva contra o Sector Empresarial do Estado, tal como contra a Reforma Agrária, enquadrou-se num ataque mais amplo contra todos os componentes da Democracia – económica, Social, política e cultural e da alienação da própria soberania nacional para, assim, pôr termo ao “mau exemplo” para a Europa e o resto do Mundo, que era a Revolução Portuguesa. O próprio ataque ao companheiro Vasco era em toda essa ofensiva que se inspirava.

Basta ver que o processo de entrada da CEE em Portugal teve a participação directa de Ronald Reagan, a mostrar a importância que o imperialismo lhe atribuiu e cujas consequências viram a ser desastrosas para a nossa Indústria, as Pescas e a Agricultura e para a própria soberania portuguesa.

Mas essa invasão dita comunitária, não precisou de tanques ou aviões de combate pois contou com a 5ª coluna, a mesma que preconizou e realizou o ataque às nacionalizações.

Importa pois ver a razão das Nacionalizações para perceber porquê as privatizações foram catastróficas.

Tratou-se, naturalmente, de pôr os recursos ao serviço do bem comum e não apenas para os detentores dos principais meios de produção, Transportes, Comunicações, Banca e Seguros.

Mas tratou-se sobretudo de retirar o poder aos Monopolistas e Latifundiários (a estes com a Reforma Agrária) a fim de assegurar um garante da democracia que é a subordinação do poder económico ao poder político.

Como oportunamente Octávio Teixeira lembrava na AR em Janeiro de 1988 aos autores do projecto da lei de desnacionalizações estas, cito “foram uma medida necessária à defesa da jovem Democracia, então nascente mas já ameaçada”.

Jovem democracia a nascer na “maternidade” da participação popular e da força organizada dos trabalhadores, que iria crescer sob a protecção da subordinação do poder económico ao poder político e fortalecer-se com os direitos económicos, sociais e culturais que viriam a ser consagrados na Constituição de 1976.

Foi pois neste quadro e com os propósitos anunciados que foram nacionalizados em 13/09/74 o Banco de Portugal, o Banco de Angola e o Banco Nacional Ultramarino e, após o 11 de Março de 1975, a Banca (14/03), os Seguros (15/03), os Sectores Básicos da Economia (15/04) e os demais que se lhe seguiram, como a criação em 27/03 do IPE – Instituto de Participações do Estado (DL 163-C/75) com o estatuto de empresa pública, com a atribuição

A ofensiva contra as nacionalizações

(António Quintas)

de superintender, orientar e coordenar as intervenções do Estado na gestão e fiscalização deste nas empresas privadas em cujo capital social participasse.

Recorde-se, no que respeita à Banca, como o companheiro Vasco várias vezes lembrou, não obstante as constantes injeções de dinheiro nos bancos para garantir a liquidez dos depósitos, esse dinheiro ia desaparecendo, levando os Sindicatos dos Bancários (da Inter, nessa altura) a encerrar Bancos com piquetes de guarda para garantir que a nacionalização não se limitava às paredes dos edifícios.

Quando depois com a privatização dos Bancos entregaram a “capoeira à raposa” (feliz expressão de Avelãs Nunes no seu livro “A Crise do Capitalismo”), não foi surpresa que tenham comido as “galinhas” ou seja, reincidiram no roubo.

A mesma Banca que enquanto pública transferiu para o Orçamento do Estado mais de 100 milhões de contos, no período de 1976 a 1986 (313 milhões no mesmo período, se somarmos as transferências da Tabaqueira (166), Cimpor (26) e Centralcer (21).

A EDP levaria electricidade a 6.250 lugares onde antes só havia candeias ou candeeiros a petróleo, assim como a RN levou transportes pela primeira vez, etc., etc...

Em resultado das políticas dos Governos presididos pelo companheiro Vasco e da intervenção colectiva dos trabalhadores nas empresas, quando em Dezembro de 1975 (como antes disse o Sérgio Ribeiro) a missão da OCDE se deslocou a Portugal, escreveria no seu Relatório que, cito, “a economia portuguesa está surpreendentemente saudável.”

Isto no contexto em que os países capitalistas reflectiam negativamente a crise de 73/75.

Entretanto e apesar do pacto MFA/Partidos ter procurado precaver as consequências pós eleitorais do 25 de Abril/75 a alegada legitimidade eleitoral foi-se progressivamente sobrepondo à legitimidade revolucionária (e questionando esta) e com a alteração na relação de forças foi iniciada a recuperação capitalista e, nela, o caminho das privatizações (e da entrega de terras aos agrários absentistas e das empresas intervencionadas aos patrões sabotadores) não obstante a Constituição continuar a preconizar a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos bem como dos recursos naturais (artº 80º), artigo que igualmente continua a consagrar como principio da organização económica e social, a subordinação do poder económico ao poder político.

A ofensiva contra as nacionalizações

(António Quintas)

Então onde estiveram os sucessivos Presidentes da República que por força do artº 130 da Constituição, juraram por sua honra cumprir e fazer cumprir a Constituição?

Lembre-se que no processo privatizador foram silenciadas todas as denúncias e alertas feitos pelos representantes dos trabalhadores nas inúmeras acções públicas, enquanto os governos chegaram ao desplante de propagandear que com as privatizações o Estado se libertava de encargos ficando com mais recursos para a saúde, a educação e a protecção social, quando na verdade deixaria o O.E. de dispor das transferências milionárias do SEE, passando a cortar nas despesas sociais e a aumentar os impostos.

Mas nenhum gestor foi sancionado por isso, não obstante a C.R.P. (artº 81º) entre outras incumbir ao Estado, como prioritário, zelar pela eficácia do sector público. Como nenhum foi responsabilizado pelos milhões de contos perdidos com as sub-avaliações feitas às empresas para efeitos de privatização – verdadeiro leilão do património público.

Entretanto, em Encontro de ORT's em 1987, constatava-se que por consequência das reestruturações feitas no processo privatizador só na CP, RN, Siderurgia Nacional, Quimigal, Portucel e EDP, os postos de trabalho tinham reduzido de 89.954 para 46.521. Mas os Órgãos Sociais (Administração e outros) tinham aumentado de 74 para 637 (ou seja, os administradores pós privatização podem não ser bons, mas são muitos – à medida dos tachos, claro!).

Quando em 5 de Junho de 1997 os representantes do SEE realizaram acção pública junto à AR (Jardim das Francesinhas) o quadro negro das privatizações traduzia-se em milhões e milhões de lucro para os bolsos do capital, milhares de postos de trabalho destruídos (6.000 na Banca e Seguros e 70.000 nas empresas industriais), serviços às populações suprimidos, degradados e encarecidos (em 1998 já Mafra tinha a água mais cara dos País pela privatização feita (Capital – 11/08/98), a Economia Nacional ferida e a Democracia subvertida, a porta aberta ao capital estrangeiro e alicerces de futuro alienado a preços de saldo.

Ainda no quadro e consequência do processo privatizador, o Governo de Durão Barroso extingue o IPE (resl. 70/2002) porque, cito “ e redução do peso do Estado na economia constitui a orientação central da política económica consagrada no Programa do Governo”.

Acresce que não só foram oferecidos ao capital os meios de produção, bancos e seguros, que o País dispunha para financiar o O.E. e dinamizar o crescimento económico, como foram abandonados grandes projectos como o

A ofensiva contra as nacionalizações

(António Quintas)

Plano de Aproveitamento Integral das Pirites (que incluía a Metalurgia do Cobre), o Plano Siderúrgico Nacional depois do alto forno já ter sido adquirido para aproveitar o ferro de Moncorvo e suprir o défice da produção nacional de aço (a Alemanha era e é excedentária).

Após todo este processo contra todas as componentes da democracia e a própria soberania nacional, qual dos intervenientes nessa destruição se atreve a diagnosticar saúde à actual economia portuguesa?

Esse constitui o seu libelo acusatório e em contraponto a confirmação de justeza da política exercida pelos governos do companheiro Vasco.

Veja-se a experiência da América Latina em que depois da ruína, miséria e desemprego provocados por políticas precisamente iguais às que estão a ser implementadas no nosso País, inverteram a situação ao assumirem o controlo soberano dos sectores básicos e recursos nacionais e ao aumentarem o poder de compra para dinamizarem a procura interna.

Como a vida demonstrou, Portugal e os Portugueses precisam pois de travar as privatizações actuais da EGF e outras, precisam de recuperar o controlo e gestão dos sectores estratégicos da economia e de aumentar os salários e pensões para sair do abismo.

Pelas transformações revolucionárias de ABRIL

HONRA E GLÓRIA AO COMPANHEIRO VASCO!

A ofensiva contra as nacionalizações

(António Quintas)